



Número: **0800125-42.2020.8.18.0135**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São João do Piauí**

Última distribuição : **12/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.309,10**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ROZENILDO BARBOSA REIS (AUTOR)	JARDEL LUCIO COELHO DIAS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
83216 12	12/02/2020 09:10	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
83216 25	12/02/2020 09:10	<a href="#">inicial</a>	Petição
83216 26	12/02/2020 09:10	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
83216 28	12/02/2020 09:10	<a href="#">DOCUMENTOS PESSOAIS</a>	Documentos
83218 51	12/02/2020 09:10	<a href="#">DOCUMENTO NOVO VEICULO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
83218 58	12/02/2020 09:10	<a href="#">CARTA SEGURADORA 2</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO  
PIAUÍ-PI

**ROZENILDO BARBOSA REIS**, brasileiro, convivente em união estável, lavrador, portador do RG nº 2.908.466 SSP/PI e CPF nº 031.827.303-98, residente e domiciliado na Localidade Catirina, S/N, Zona Rural, Pedro Laurentino-PI, por seu bastante procurador e advogado “in fine” assinado, legalmente constituído na forma definida pela procuração Ad judicia, em anexo, com endereço profissional na Travessa Antônio Cavalcante, S/N, Centro, São João do Piauí-PI, onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através do Procedimento Sumário, art. 275, do Código de Processo Civil, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

#### **AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS PESSOAIS**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º 14º e 15º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, CEP.: 20.031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

#### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer à V. Exª. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

#### **FATOS E DIREITO**

1) Que na data de 27/12/2017, o Requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando trafegava de motocicleta, conforme descrição do Registro de Ocorrência em anexo (doc.);

Avenida Cândido Coelho, nº 1326, Centro – São João do Piauí-PI  
Cel: (89) 99460-3641  
Email: jardeldias3@hotmail.com



2) Que, em decorrência do acidente, o requerente sofreu **FRATURA DA DA DIÁFASE DA TÍBIA CID10 S82.2, tendo ainda um dedo do pé esquerdo amputado, sentindo ainda fortes e constantes dores**, conforme documentos hospitalares comprobatórios em anexo.

3) Que até hoje, o requerente vem passando por sérias limitações, impedido de exercer suas atividades laborais e rotineiras, em decorrência do supramencionado acidente.

4) Que o autor ingressou com o processo administrativo com sinistro nº 3150527118, junto à Requerida, para o recebimento do Seguro Obrigatório, tendo recebido apenas e tão somente a importância de R\$ 190,90 (cento e noventa reais e noventa centavos), conforme cartas informando pagamentos, em anexo (doc).

5) Acontece que o demandante faz jus a indenização no seu valor integral, que atualmente corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como se pode inferir da redação do artigo 3º, II da Lei nº. 6.194/74 (alterada pela Lei nº. 11.482/07), senão vejamos:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

**(...) II) Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente; (...).”**

6) Não tendo recebido até a presente data o valor integral da indenização a que tem direito, pleiteia o valor que a seguradora deixou de repassar a parte autora, ou seja, R\$ 13.309,10 (treze mil trezentos e nove reais e dez centavos).

*Civil. Seguro Obrigatório (DPVAT). Valor quantificado em salários mínimos. Indenização legal. Critério. Validade. Lei nº. 6.194/74. Recibo. Quitação. Saldo Remanescente. O recibo dado pelo beneficiário do Seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie (Recurso Especial nº. 296675/SP, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Aldir Passarinho Júnior. Decisão em 20/08/2002)(grifo nosso).*

7) A empresa demandada é uma das seguradoras vinculadas ao Convênio DPVAT, razão pela qual o autor optou por considerá-la no pólo passivo desta demanda, justificando com os documentos apresentados o direito indenizatório aqui reivindicado e, buscando junto ao Poder Judiciário os meios para fazer valer o direito garantido pela Lei nº. 6.194/74.

Avenida Cândido Coelho, nº 1326, Centro – São João do Piauí-PI  
Cel: (89) 99460-3641  
Email: jardeldias3@hotmail.com



*11013924 – RESPONSABILIDADE CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – COBRANÇA QUANTIAS INDENIZATÓRIAS – SEGURO DPVAT – Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei nº. 6.194/74, modificada pela Lei nº. 8.441/92 – Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. **A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas.** Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau. (TACRJ – AC6208/96-(Reg. 3628-3) – 3ª C – Rel. Juiz Antônio José A. Pinto – J. 19.09.1996) (Ementa 44638) (grifo nosso).*

8) No caso concreto, ora sob o apreço jurisdicional, a consequência do citado acidente foi a invalidez permanente do autor, conforme comprovam documentos hospitalares em anexo, o que resulta para esse tipo de dano pessoal o direito a indenização correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), descontado desse valor a indenização já paga.

9) Salienta-se, que a Lei determina textualmente que tal benefício seja estendido, ainda, aos casos de veículos e seguradoras não identificados e seguros não realizados ou vencidos, tal é o cunho social da referida Lei e tendo em vista a obrigatoriedade legal do referido seguro, que, não sendo de livre contratação segue normas especiais divergentes das apólices de seguros comuns, de contratação particular. Vejamos o que diz textualmente o art. 7º da Lei 6.194/74, alterado pela Lei nº. 8.441/92:

**Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada ao caput pela Lei nº 8.441, de 13.07.1992) (grifo nosso).**

## PEDIDO

Em vista do acima exposto e apresentado os documentos exigidos no art. 5º, § 1º, da Lei nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 11.482/07; REQUER o demandante:

a) A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita por ser o demandante pobre na forma da lei;

Avenida Cândido Coelho, nº 1326, Centro – São João do Piauí-PI  
Cel: (89) 99460-3641  
Email: jardeldias3@hotmail.com



b) A condenação da Requerida no pagamento da verba indenizatória no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que corresponde ao valor da indenização total prevista para este tipo de seguro, nos termos do art. 3º, II da Lei 6.194/74, de acordo com a nova Redação introduzida pela Lei nº. 11.482/07, sendo descontado desse valor o que a seguradora já repassou para a parte autora;

c) A citação da Reclamada, para, querendo, contestar a ação sob pena de revelia e confissão quanto à matéria do fato;

d) A condenação da demandada em verbas honorárias advocatícias de sucumbência na base de 20% do valor da causa, em caso de recurso não recebido ou julgado improcedente, com ou sem apreciação do mérito, pela Turma Recursal Cível;

E) A inversão do ônus da prova em favor do demandante, tendo em vista a sua hipossuficiência e ainda, a verossimilhança das alegações, que podem ser constatadas pela comprovação documental dos fatos narrados na inicial.

Quantifica-se a causa no valor de R\$ 13.309,10 (treze mil trezentos e nove reais e dez centavos).

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

São João do Piauí-PI, 12 de fevereiro de 2020.

Jardel Lúcio Coelho Dias. OAB nº 7.762/PI

Avenida Cândido Coelho, nº 1326, Centro – São João do Piauí-PI  
Cel: (89) 99460-3641  
Email: jardeldias3@hotmail.com



**PROCURAÇÃO "AD – JUDICIA ET EXTRA"**

NOME:	ROZENILDO BARBOSA REIS		
Estado Civil:	UNIÃO ESTÁVEL	Profissão:	LAUDADOR
CPF:	031.827.303-98	IDENTIDADE:	2908466 SSP/PI
Endereço:	LOC. CATIRINA, SIN	Bairro:	RURAL
Cidade:	PENHO LAURENTINO	Estado:	PIAUÍ

Pelo presente instrumento particular de **PROCURAÇÃO**, nomeia e constitui seus procuradores e advogados, **Dr. Jardel Lúcio Coelho Dias, OAB/PI nº 7.762 e Marcos Vinicius Silveira Crisanto, OAB/PI nº 9158**, com escritório profissional à Travessa Antonio Cavalcante, Centro, São João do Piauí – PI, Tels. (86) 9 9926-9757 / (89) 9 9460-3641.

A quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia et extra, em qualquer juízo, instância ou Tribunal, Autarquias em Geral, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para confessar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber inclusive requisição de pequeno valor e dar quitação, propor execução, requerer falência, habilitar crédito, ação ordinária, procedimento sumaríssimo, ação rescisória, embargos, agravos, representando ainda o outorgante, para o fim do disposto nos artigos do Código de Processo Civil, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgado.

São João do Piauí-PI, 28 de 05 de 2018.

Rozenildo Barbosa Reis  
OUTORGANTE

Travessa Antônio Cavalcante, S/N, Centro, São João do Piauí-PI  
Cel.: (86) 99926-9757 (89) 99460-3641  
Email: jardeldias3@hotmail.com





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ROZENILDO BARBOSA REIS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA  
2908466 SSP PI

CPF  
031.827.303-98

DATA NASCIMENTO  
30/07/1989

FILIAÇÃO  
RAIMUNDO BARBOSA COSTA  
VANETE COSTA REIS

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AD

Nº REGISTRO  
05910294536

VALIDADE  
10/03/2021

1ª HABILITAÇÃO  
21/10/2013

OBSERVAÇÕES  
HABILITADO P/ TRANSPORTE PRODUTOS PERIGOSOS  
HABILITADO P/ TRANSPORTE COLETIVO PASSAGEIRO  
APTO PARA TRANSPORTE REMUNERADO

Assinatura do Portador  
Rozenildo Barbosa Reis

LOCAL  
PICOS

DATA DE EMISSÃO  
05/07/2016

15994315509  
PI316068949

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN - PI (PIAUÍ)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1293531535

PROIBIDA PLASTIFICAÇÃO  
1293531535

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL  
2.908.466

DATA DE EXPEDIÇÃO  
09/08/06

NOME  
ROZENILDO BARBOSA REIS

FILIAÇÃO  
VANETE COSTA REIS  
RAIMUNDO BARBOSA COSTA

NACIONALIDADE  
SÃO JOÃO DO PIAUI-PI

DATA DE NASCIMENTO  
30/07/1989

DOC. ORIGEM  
CERT.NASC. 18187 L A18 F 183  
EXP SÃO JOÃO DO PIAUI-PI 09/08/89

ASSINATURA DO DIRETOR  
Motaes

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
031.827.303-98

Nome  
ROZENILDO BARBOSA REIS

Nascimento  
30/07/1989

15.01.2011









COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/98

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

0981983-5

Nº da Nota Fiscal 003767357

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MARCO/2018	04/04/2018	36	22,60

VANETE COSTA REIS  
LC CATIRINA S/N PROXIMO A 250 B-RURAL  
CPF: 00072677805391

DATA DA LEITURA	DATA DA LEITURA
Atual:	Atual:
Anterior:	Anterior:
Constante de Multiplicação:	Próxima Leitura:
Consumo Medido:	Emissão:
Consumo Faturado:	Apresentação:

Forma de Faturamento: Código de Irregularidade: FENM Dias de Consumo: 27/03/2018

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	4545291	DESCRICAÇÃO DA CONTA	1 1 1	25
Mês/ano consumo					
FEV/18	43		CONSUMO	36 A R\$ 0,581477 =	20,93
JAN/18	50		CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)		1,67
DEZ/17	40				
NOV/17	28				
OUT/17	42				
SET/17	40				
AGO/17	10				
JUL/17	0				
JUN/17	0				
MAI/17	0				
TARIFA SEM TRIBUTOS:					
0 A 36 - 0,554090					

#### MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

COMBATA O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA. GOVERNO FEDERAL  
COMBATA O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA. GOVERNO FEDERAL  
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 23/03/2018, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

#### RESERVADO AO FISCO

COMPOSIÇÃO 0354 0072 0001 28 3154 7815 6 IMPOSTOS, TRIBUTOS - R\$								
Distribuição:	Base de Cálculo:							
Energia:	5,71	Alíquota ICMS:						
Transmissão:	10,83	Valor do ICMS:						
Encargos:	1,70	Valor do PIS:						
Tributos:	1,72	Valor do COFINS:						
	0,97	0,17						
	0,20							
INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMIC	DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Límite								
Realizado	8,06	16,12	32,23	3,86	7,73	15,45	4,48	
Conjunto	0,00			0,00			0,00	
PERÍODO DE APLICAÇÃO						01/2018		
SÃO PAULO DO PIAUÍ						14 58		



Assinado eletronicamente por: JARDEL LUCIO COELHO DIAS - 12/02/2020 09:10:28

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021209102797300000007947893>

Número do documento: 20021209102797300000007947893

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI 9020170170592 Nº 013030537233  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 QOD-RENAVAM R.N.I.R.C. EXERCÍCIO 2018  
2092223529

ROZENILDO BARBOSA REIS

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

03182730398 PLACA NIH-6313

PLACA ANT./UF - CHASSI 9C2JC4110AR602677

PAS/MOTOCICLO/NEHUMA ESPECIE TIPO COMBUSTIVEL GASOLINA

HONDA/CG 125 FAN KS MARCA / MODELO ANO FAB. 2010 ANO MOD. 2010

002P/124CC CAP / POT / QIL CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

1 1ª IPVA V 2ª 3ª PAGO  
A COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PARCELAMENTO / COTAS DATA DE PAGAMENTO

SEGURO EGU PAGO OBRIGATORIO

SEM RESTRICOES DE PORTE OBRIGATORIO  
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

PEDRO LAURENTE LOCAL 11/4/2018 DATA

RAO MARTINS DO REGO LOBÃO  
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS, OU NAO - SEGURO DPVAT

PI Nº 013030537233 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 11/4/2018

VIA 1 CPF / CNPJ 03182730398 PLACA NIH-6313

RENAVAM 209223529 MARCA / MODELO HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB. 2010 COT. TARE. 09 Nº CHASSI 9C2JC4110AR602677

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 81,28 DENATRAM (R\$) 9,03 CUSTO DO SEGURO (R\$) 90,31

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 IOF (R\$) 0,70 TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$) 185,50

PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 15/03/2018

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT

CHIPJ 09.248.6080001-04



## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Augusto Enéas de Carvalho, S/N - Centro  
CEP 64.728-000 - Pedro Laurentino - PI

Paciente:

Rozilda Barbosa Reis

Atestado Médico

Atesto que o(a) Sr(a) que o(a)  
paciente acima foi vítima do acidente  
motorístico, ocorrido com  
fratura de tíbia (esquerda (terça  
mão) e amputação de 1º dedo da  
tela de mão esquerda, foi submetido  
a cirurgia ortopédica, necessita  
de afastamento de 30 dias, 07 dias  
de trabalho de 10/10/2020

23/01/20  
Data

Dr. Miguel Oliveira Cruz  
Medicina do Trabalho

Assinatura do Profissional

*O primeiro cigarro é a passagem para o vício*





**Secretaria de Saúde do Estado do Piauí**

Hospital Regional "Tibério Nunes"

Telefone: 0xx89 3522-1333 Telefax: 0xx89 3522-1323

Praça Idelfonso Ramos, S/N Bairro Manguinha

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto para os devidos fins que o(a) Sr(a)

Rozemilda Barbosa Reis

incrito(a) no CPF: \_\_\_\_\_ paciente sob meus  
cuidados. Foi atendido(a) no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_ apresentando quadro  
de fratura de fêmur e necessitando de 90 (noventa) de  
repouso CID S822.

Data: 10/01/18

Celso Antônio Mendes Coimbra  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-P: 3918 TEOT: 13135

Assinatura e Carimbo

